



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO -UEMA  
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PEDREIRAS-MA  
LICENCIATURA EM LETRAS**

**MARTA ARAÚJO FERREIRA ALVES**

**A MULHER PROSTITUTA EM *LUCIOLA*: Desconstrução de estigmas sociais**

**PEDREIRAS – MA  
2025**

**MARTA ARAÚJO FERREIRA ALVES**

**A MULHER PROSTITUTA EM *LUCIOLA*: Desconstrução de estigmas sociais**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em letras.

Orientador(a): Prof.: Francinaldo Pereira da Silva

Alves, Marta Araújo Ferreira.

Lucíola: desconstrução de estigmas sociais / Marta Araújo Ferreira Alves. -  
Pedreiras - MA, 2025.  
45 f.

Monografia (Graduação em Letras) - Universidade Estadual do Maranhão,  
Campus Pedreiras, 2025.

Orientador: Prof. Me. Francinaldo Pereira da Silva.

1. Mulher prostituta. 2. Estigma social. 3. Representação. I. Título.

CDU: 821.134.3(81):316

**Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445**

**MARTA ARAÚJO FERREIRA ALVES**


**A MULHER PROSTITUTA EM *LUCIOLA*: Desconstrução de estigmas sociais**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em letras.

Orientador(a): Prof.: Francinaldo Pereira da Silva


Aprovado em: 22 de dezembro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente  
 **FRANCINALDO PEREIRA DA SILVA**  
Data: 15/01/2026 17:13:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**Prof. Me. Francinaldo Pereira da Silva (Orientador)**  
Mestre em Letras  
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente  
 **JESSICA BORGES BRUSSIO**  
Data: 15/01/2026 16:04:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Esp. Jéssica Borges Brússio**  
Especialista em Letras  
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente  
 **EDMA RIBEIRO LUZ**  
Data: 15/01/2026 17:00:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Esp. Edma Ribeiro Luz**  
Especialista em Letras  
Universidade Estadual do Maranhão

## **AGRADECIMENTO**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, meu baluarte e meu porto seguro. Nas horas difíceis, sempre esteve comigo, guiando-me até mesmo na escolha do tema do meu TCC. Oh Deus da minha vida, como sou grata a Ti!

Agradeço ao meu esposo, que sempre esteve presente, incentivando-me a caminhar e nunca desistir. Aos meus filhos, pelo carinho e pela ajuda, sempre dispostos a me apoiar. À minha mãe, que com suas orações, pedia a Deus que me fortalecesse e não desistisse dessa jornada.

Sou grata à minha irmã, Maria de Jesus, pelas palavras de incentivo e apoio nos momentos difíceis, e à minha querida amiga e companheira, Tainara Feitosa, que sempre me deu forças e me acompanhou nos estágios e na Universidade. Agradeço também à minha amiga Jocielma, que, por muitas vezes, me ajudou com caronas até a universidade.

Agradeço ao meu professor orientador, Francinaldo Pereira, pela dedicação, paciência e apoio durante a elaboração deste trabalho. Suas orientações e incentivo foram essenciais para a conclusão deste TCC.

Por fim, sou profundamente grata a todos que, de forma direta ou indireta, me apoiaram com palavras de incentivo e carinho. Cada um de vocês fez a diferença nesta jornada.

*“Há na mulher uma grande força moral,  
que a levanta acima das misérias  
humanas.”*

José de Alencar

## RESUMO

Por meio desta pesquisa, buscou-se analisar a representação da mulher prostituta na obra de José de Alencar, escrita em 1862, que tem como título *Lucíola*, visando enfatizar como se constitui a desconstrução de estigmas sociais que se criaram de forma histórica, tendo como foco aqueles que são atribuídos à figura feminina. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, interpretativa e bibliográfica, visto que analisa como se dá a construção da personagem Lúcia por meio dos condicionantes sociais, históricos e econômicos que conduzem a personagem à prostituição. Considerando as análises realizadas, notou-se que o autor, Alencar, busca humanizar a personagem principal, atribuindo-lhe voz por meio da subjetividade, mostrando as marcas de sofrimento e o desejo de perdão. Há um universo paralelo quando se trata da sociedade da época, uma vez que verificou que a mesma sociedade que condena é aquela que se beneficia da prostituição que a personagem se submete. Assim, a partir das discussões feitas por Candido (1976; 2000; 2004) Dolores (2003) Davidson (1998) nota que a obra ultrapassa as ideias românticas através da problematização e a quebra de padrões como o patriarcado.

Palavras-chave: Mulher prostituta; Estigma social; Representação.

## ABSTRACT

This research sought to analyze the representation of the female prostitute in the work of José de Alencar, written in 1862 and titled...*Lucíola*. This research aims to emphasize how the deconstruction of historically created social stigmas is constituted, focusing on those attributed to the female figure. It relates literature to society, conducting literary criticism using sociocriticism and engaging in dialogue with authors who research prostitution, stigma, sexuality, and the female body. This research is characterized as qualitative, interpretive, and bibliographical, as it analyzes how the character Lúcia is constructed through the social, historical, and economic conditions that lead her to prostitution. Considering the analyses carried out, it was noted that the author, Alencar, seeks to humanize the main character, giving her a voice through subjectivity, showing the marks of suffering and the desire for forgiveness. There is a parallel universe when it comes to the society of the time, since it was found that the same society that condemns is the one that benefits from the prostitution to which the character submits. Thus, based on discussions by Candido (1976; 2000; 2004), Dolores (2003), and Davidson (1998), it is noted that the work transcends romantic ideas through problematization and the breaking of patterns such as patriarchy.

**Keywords:** Prostitute woman; Social stigma; Representation.

## SÚMARIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 LITERATURA E SOCIEDADE.....</b>	<b>12</b>
2.1 Conceito de representação literária .....	13
2.1 Sociocrítica .....	15
2.2 Literatura e mimese.....	16
<b>3 PROSTITUIÇÃO, ESTIGMA E SEXUALIDADE.....</b>	<b>19</b>
3.1 Prostituição e atividade econômica.....	21
3.2 Sexualidade e corpo feminino.....	24
3.3 A representação da prostituta na literatura.....	28
<b>4 OS ESTIGMAS EM <i>LUCÍOLA</i>: A REPRESENTAÇÃO NA PERSONAGEM.....</b>	<b>30</b>
<b>5 A DESCONSTRUÇÃO DOS ESTIGMAS NA OBRA DE JOSÉ DE ALENCAR..</b>	<b>37</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender como a personagem principal da obra *Lucíola*, de José de Alencar, retrata a prostituição, destacando as condições que a levaram a ser prostituta e questionando os preconceitos sociais historicamente associados a essa figura, uma vez que a prostituição é uma prática antiga e complexa que tem feito parte da sociedade humana por milênios. Na antiguidade, a prostituição era frequentemente aceita e até mesmo institucionalizada em várias culturas. Na Mesopotâmia, em algumas cidades-estados, havia templos onde sacerdotes realizavam atos sexuais como parte de rituais religiosos. Na Grécia antiga, a prostituição era comum e existiam diferentes tipos de prostitutas, como as “hetairas”, que eram acompanhantes sofisticadas e educadas, e as “pornai”, as quais eram consideradas mais simples. Já na Roma antiga, prostitutas eram uma parte visível da sociedade romana, com leis que regulamentavam suas atividades.

Considerando o contexto histórico e social acerca da prostituição, a obra *Lucíola*, publicada em 1862 por José de Alencar, retrata a vida de uma mulher que vive à margem da sociedade carioca do século XIX, devido à sua condição de prostituta. A obra não apenas expõe a realidade da prostituição na época, mas também se aprofunda nas contradições morais e sociais que cercam a personagem principal Lúcia. A narrativa revela as nuances da exclusão social e os julgamentos morais impostos às mulheres que se encontravam nessa situação, ao mesmo tempo em que humaniza Lúcia, mostrando sua sensibilidade, seus dilemas e seu desejo por redenção. Assim, o romance serve como um importante documento literário para compreender as percepções e estigmas relacionados à prostituição no Brasil do século XIX.

Mediante o contexto histórico e social da prostituição, principalmente na obra de José de Alencar, em que Lúcia se vê obrigada a trabalhar como prostituta para ajudar a família, surge a seguinte inquietação: "Como a personagem Lúcia, de José de Alencar, contribui para a desconstrução dos estigmas sociais relacionados à mulher prostituta?" Buscando responder a este questionamento, foram traçados os seguintes objetivos: de modo geral, buscar-se analisar a construção da prostituição na obra *Lucíola*, de José de Alencar; e, de forma específica, investigar como a

personagem Lúcia é representada na obra *Lucíola*, de José de Alencar; verificar como se dá a desconstrução dos estigmas sociais atribuídos à mulher prostituta e, por fim, analisar as estratégias narrativas utilizadas por José de Alencar para humanizar e dignificar a figura de Lúcia, contrariando a imagem negativa tradicionalmente associada à mulher prostituta.

A justificativa dessa pesquisa parte das considerações de que a prostituição é um fenômeno social presente em diversas culturas e períodos históricos, frequentemente permeado por preconceitos e estigmatizações que recaem sobre as mulheres que exercem essa atividade. A abordagem tradicional tende a reduzir essas mulheres a figuras marginalizadas, culpando-as por suas escolhas ou rotulando-as como degeneradas, sem considerar as complexas circunstâncias sociais, econômicas e pessoais que as levam a essa prática. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe-se a analisar criticamente essas percepções negativas e contribuir para uma compreensão mais humana e contextualizada da realidade dessas mulheres.

Em sociedades marcadas por desigualdades de gênero e classe, as mulheres que se dedicam à prostituição enfrentam duplo preconceito: por serem mulheres em uma sociedade patriarcal e por exercerem uma atividade considerada “moralmente reprovável”. Essa dupla marginalização reforça barreiras para o acesso a direitos básicos como saúde, segurança e reconhecimento social. Portanto, investigar como esses estigmas são construídos e mantidos no imaginário coletivo é fundamental para promover políticas públicas mais inclusivas e combater a discriminação.

O estudo da personagem permite uma reflexão sobre os estigmas sociais associados à prostituição, desafiando a visão unidimensional que muitas vezes reduz essas mulheres a meros estereótipos. Através da análise das trajetórias de Lúcia, é possível evidenciar aspectos como a vulnerabilidade feminina, as expressões sociais e as limitações impostas pelo patriarcado. Ao desconstruir esses estigmas, este trabalho busca contribuir para um entendimento mais amplo e empático da condição das mulheres na sociedade, promovendo uma discussão relevante sobre como a liberdade de escolha e sobrevivência em um mundo que frequentemente marginaliza as vozes femininas.

A presente pesquisa consiste em uma análise literária da obra *Lucíola*, de José de Alencar, articulada com referenciais teóricos sobre o romantismo, literatura urbana, crítica feminista e teorias sobre a prostituição. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter interpretativo e bibliográfico, justificando-se com base na complexidade do

objeto estudado, o qual exige aprofundamento acerca dos significados e simbologias que se apresentam no texto literário, a fim de compreender de que forma a figura feminina é caracterizada no contexto sociocultural do século XIX.

O corpus utilizado nesta pesquisa é composto principalmente pela obra *Lucíola*, de José de Alencar, publicada no ano de 1862, bem como por artigos acadêmicos, teses e dissertações que formam um conjunto de pesquisas teóricas e científicas destinadas a abordar a obra citada. Além disso, serão utilizados textos voltados ao estudo da literatura romântica urbana brasileira que tenham como foco a representação feminina e discursos que norteiam o meio social do século XIX.

## 2 LITERATURA E SOCIEDADE

A relação entre literatura e sociedade é um dos pilares fundamentais da crítica literária moderna, sendo amplamente discutida por Antônio Candido em seu ensaio *Literatura e Sociedade* (1976). Para o autor, a literatura não é um fenômeno isolado, mas uma forma de expressão que se estrutura em diálogo com o contexto social, cultural e histórico de seu tempo. Candido (1976, p. 13) afirma que “a obra literária é um sistema de signos que traduz a realidade, mas que, ao mesmo tempo, a transforma e recria”. Dessa forma, a literatura possui uma função humanizadora, pois permite compreender as múltiplas dimensões da experiência humana dentro de um determinado meio social ao compreender a literatura como um produto social.

Ao compreender a literatura como um produto social, Candido ressalta que toda produção literária reflete, de alguma maneira, as condições de vida, os valores e os conflitos de uma sociedade. Segundo ele, “a arte não é um espelho passivo, mas um instrumento de interpretação da realidade” (Candido, 1976, p. 22). Assim, o texto literário assume um papel ativo na construção e desconstrução de discursos sociais, podendo tanto reforçar quanto questionar as estruturas e estigmas existentes.

De acordo com Antônio Candido (2000), a literatura deve ser compreendida como uma forma de expressão social que reflete e transforma a realidade de seu tempo, pois está intimamente ligada às condições históricas e culturais que a produzem. Sob essa perspectiva, *Lucíola*, de José de Alencar, pode ser entendida como uma narrativa que reproduz os valores e as tensões morais do século XIX, revelando as contradições de uma sociedade patriarcal que marginalizava a mulher. Assim, a obra não apenas retrata o contexto social da época, mas também o questiona, contribuindo para a reflexão sobre os estigmas e preconceitos que envolvem a figura feminina.

No caso da obra *Lucíola*, de José de Alencar, essa perspectiva se torna essencial para compreender a representação da mulher prostituta e a forma como o autor reflete os valores morais do século XIX. A personagem Lúcia encarna o conflito entre o ideal de pureza feminina e a marginalização social imposta às mulheres que transgrediam as normas de comportamento. Sob a ótica de Candido (2006), pode-se dizer que a literatura de Alencar revela o “sistema de tensões e contradições” de uma sociedade patriarcal e moralista, expondo a forma como os estigmas sociais são construídos e perpetuados por meio das narrativas (Candido, 1976).

Além disso, Candido destaca a importância da literatura como fator de humanização, pois, ao representar o sofrimento, a exclusão e a luta pela dignidade, ela desperta a consciência crítica do leitor. Assim, *Lucíola* pode ser vista como uma obra que, mesmo dentro dos limites de sua época, contribui para a reflexão sobre a condição da mulher e para a desconstrução dos preconceitos sociais. Conforme observa Candido (2000, p. 85), “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”.

Portanto, ao relacionar a obra *Lucíola* à concepção de literatura e sociedade de Antônio Candido, percebe-se que o texto de Alencar transcende o romance romântico e torna-se um espelho crítico da realidade social brasileira oitocentista. A literatura, nesse sentido, atua como um instrumento de reflexão e transformação, revelando que o papel da mulher, especialmente da mulher marginalizada, não pode ser reduzido a estigmas, mas deve ser compreendido dentro de um contexto histórico e humano mais amplo.

### 2.3 Conceito de representação literária

A representação literária é um dos conceitos fundamentais para a compreensão da literatura enquanto produção simbólica. Esse conceito se refere aos modos pelos quais a obra literária artística recria, transforma ou refrata aspectos do mundo social, histórico e subjetivo. A linguagem literária, ao operar por meio de recursos expressivos e estéticos, estabelece relações complexas com a realidade, refletindo-a e reinterpretando-a. Nesse sentido, compreender a representação literária implica examinar como o texto traduz experiências humanas, coletivas e individuais, ressignificando-as.

O estudo da representação remonta à antiguidade clássica. Aristóteles, ao discutir a mimese em sua *Poética*, entende que a literatura imita ações humanas, não como simples cópia da realidade, mas como reorganização artística de elementos da vida. Na visão aristotélica, a arte não se limita a relatar acontecimentos particulares; ela se ocupa do universal, explorando o que pode acontecer, e não apenas aquilo que ocorreu, conferindo à literatura função interpretativa e reflexiva.

A partir da modernidade, o conceito de representação ganha maior complexidade. Diversos teóricos afirmam que a literatura se relaciona com o contexto cultural de forma dinâmica. Raymond Williams, por exemplo, considera que a obra

literária expressa formas de consciência social e participa da produção de sentidos vigentes, podendo reafirmar ou questionar valores historicamente construídos.

No campo dos estudos literários brasileiros, Antônio Candido ressalta que a literatura representa a realidade ao mesmo tempo em que constitui força social. Para o autor, há uma relação dialética entre obra e contexto: a obra é produto histórico, pois se inscreve em determinado tempo e espaço, mas é também forma estética que recria o real. Assim, a representação literária contribui para a compreensão crítica da condição humana e das dinâmicas sociais.

Outros autores enfatizam que a representação não deve ser entendida como correspondência direta entre literatura e mundo empírico. Roland Barthes, por exemplo, indica que o texto constrói efeitos de realidade por meio de escolhas discursivas que criam a impressão de verdade. Assim, a literatura não copia o real, mas o reinventa, produzindo sentidos que dependem tanto da obra quanto do leitor. Mikhail Bakhtin destaca que a representação literária é marcada pelo diálogo entre diferentes vozes sociais. Para o autor, a obra, especialmente o romance, organiza discursos múltiplos e divergentes, refletindo a heterogeneidade cultural. Dessa forma, a representação não é homogênea, mas atravessada por conflitos e tensões sociais.

Lucien Goldmann acrescenta que a literatura expressa visões de mundo presentes em grupos sociais específicos, revelando estruturas mentais coletivas. Assim, a representação literária é condicionada por sistemas de valores e crenças, e pode exceder a experiência individual para alcançar dimensões sociais mais amplas. Com o desenvolvimento das teorias estruturalistas e pós-estruturalistas, o conceito de representação deslocou-se da simples ideia de imitação para uma compreensão discursiva. Nesse contexto, a linguagem passou a ser entendida como mediadora da realidade. Stuart Hall argumenta que a representação é um processo no qual significados são produzidos e circulam culturalmente; dessa forma, a literatura participa ativamente da construção simbólica do mundo. Essa perspectiva ampliou os estudos sobre como diferentes grupos sociais são representados na ficção. Pesquisas pós-coloniais, como as de Homi Bhabha, sugerem que a representação de identidades envolve processos de negociação e disputa de poder. Assim, a literatura pode reforçar estereótipos, mas também subvertê-los ao apresentar perspectivas alternativas sobre culturas, etnias e sujeitos historicamente marginalizados.

Lucien Goldmann, ao definir sua perspectiva sociológica da literatura, afirma: *“A obra literária é a expressão significativa de uma visão de mundo própria a*

*determinados*  
(Goldmann, 1977, p. 33).

*grupos*

*humanos.”*

No campo da filosofia e da estética, Paul Ricoeur afirma que a configuração narrativa reorganiza a experiência humana, transformando o tempo vivido em tempo compreendido. Desse modo, a representação literária atua como mediação entre mundo e sujeito, oferecendo novas interpretações da realidade. A representação literária constitui processo multifacetado que envolve linguagem, contexto histórico e recepção. Ela não se limita a imitar o real, mas o reconstrói, transformando experiências humanas e sociais em formas simbólicas. Ao representar a realidade, a literatura dialoga com seu tempo, revelando conflitos, imaginários e valores, por meio da representação, a obra literária não apenas reflete a sociedade, mas participa da construção de sentidos que orientam a vida coletiva. Assim, o estudo da representação literária permanece central para compreender a função estética, crítica e cultural da literatura na formação de sujeitos e na constituição simbólica do mundo social.

Além disso, ao tratar da relação entre literatura e sociedade, o autor destaca: “Toda obra verdadeira ultrapassa a experiência particular do indivíduo, inscrevendo-se como manifestação de uma consciência coletiva.” (Goldmann, 1967, p. 57).

## 2.4 Sociocrítica

A Sociocrítica é uma vertente da crítica literária que busca compreender a obra literária em sua relação profunda com a sociedade, analisando como os elementos sociais, culturais e ideológicos estão inscritos no próprio texto. De acordo com Edmond Cros (1997), um dos principais teóricos dessa corrente, a Sociocrítica considera a literatura não apenas como um reflexo da realidade, mas como um espaço de construção simbólica onde os discursos sociais se manifestam e se transformam. Para ele, o texto literário é um “lugar de inscrição do social”, isto é, uma forma de materializar os valores, tensões e contradições que permeiam o contexto histórico de sua produção.

Nessa perspectiva, a Sociocrítica busca identificar como o discurso literário dialoga com o discurso social, revelando as ideologias presentes nas representações construídas pelos autores. O foco não está somente no que o texto diz, mas em como

ele diz — nos modos de enunciação, nas vozes sociais e nas estruturas simbólicas que reproduzem ou contestam as normas vigentes.

Aplicando essa abordagem à obra *Lucíola*, de José de Alencar, é possível observar que o romance atua como um espelho das tensões morais e sociais do século XIX, especialmente no que se refere ao papel da mulher. A personagem Lúcia, ao mesmo tempo em que é marginalizada por sua condição de prostituta, também é humanizada pelo olhar do narrador e pela narrativa de redenção que Alencar constrói. Essa ambiguidade reflete a complexa rede de valores sociais da época — marcada pelo moralismo patriarcal e pela hipocrisia burguesa —, o que faz da obra um rico objeto de estudo sociocrítico.

Assim, a obra literária não pode ser compreendida apenas como reflexo passivo, mas como forma ativa de reorganização de discursos e ideologias presentes no imaginário social. Em outro momento, o teórico reforça que: “O social não está fora do texto, mas o constitui” (Ducret, 1983, p. 12).

Desse modo, a Sociocrítica possibilita uma leitura que ultrapassa a dimensão estética e alcança o campo das ideologias, evidenciando que o texto literário é um produto e, ao mesmo tempo, um produtor de sentido social. A figura da mulher prostituta, nesse contexto, não é apenas uma personagem ficcional, mas um símbolo das contradições sociais e morais de uma época que, sob o manto da virtude, silenciava e excluía aquelas que fugiam ao modelo ideal de feminilidade.

Assim, compreender *Lucíola* sob a ótica da Sociocrítica é reconhecer que a literatura desempenha um papel fundamental na formação e transformação das representações sociais, contribuindo para a reflexão sobre temas como moralidade, gênero e exclusão. Ao humanizar a figura da prostituta e expor a hipocrisia da sociedade, José de Alencar, mesmo inserido em um contexto conservador, abre espaço para uma crítica social que ressoa ainda na atualidade.

## 2.5 Literatura e mimese

O conceito de mimese é um dos fundamentos mais antigos da teoria literária e está diretamente relacionado à ideia de que a arte, especialmente a literatura, é uma forma de representação da realidade. Desde Aristóteles, na obra *Poética*, entende-se que a literatura nasce da capacidade humana de imitar o mundo, não no sentido de

cópia fiel, mas como uma recriação simbólica e interpretativa da vida. Dessa forma, a mimese constitui-se como um processo de construção estética em que o real é transformado pela imaginação, pela linguagem e pela subjetividade do autor.

Segundo Aristóteles (1991), a mimese é um dos fundamentos essenciais da arte poética, pois representa a capacidade humana de reorganizar o real em formas simbólicas dotadas de sentido e coerência. Para o filósofo, a arte mimética não se limita a copiar o mundo sensível, mas o reconstrói de maneira criativa e racional. Em sua obra, afirma: “O poeta deve ser mais artífice do universal do que do particular, pois a poesia não visa narrar o que aconteceu, mas aquilo que poderia acontecer segundo a verossimilhança e a necessidade” (Aristóteles, 1991, p. 45).

Nessa perspectiva, Antônio Candido (2000) observa que a literatura deve ser entendida como uma forma de representação social que traduz, por meio da ficção, as tensões, valores e contradições de uma determinada época. Assim, ao mesmo tempo em que a literatura reflete a realidade, ela também a transforma e reinterpreta. Essa compreensão amplia o sentido de mimese, que passa a ser vista não como simples cópia, mas como interpretação crítica da realidade.

Sobre essa dimensão crítica da literatura, Candido afirma: “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade e o semelhante.” (Candido, 2004, p. 83).

Essa formulação reforça que a mimese literária não é um espelhamento neutro, mas um exercício interpretativo e humanizador que permite ao leitor perceber a complexidade das experiências humanas.

No caso da obra *Lucíola*, de José de Alencar, o conceito de mimese é essencial para compreender a forma como o autor representa o contexto social e moral do século XIX. Por meio da personagem Lúcia, Alencar constrói uma figura que encarna as contradições de uma sociedade patriarcal — ao mesmo tempo em que busca pureza espiritual, é julgada por sua condição social. Essa representação da mimese não se limita a refletir o real, mas questiona os valores morais e religiosos de seu tempo, evidenciando a hipocrisia e o duplo padrão de uma sociedade que idealiza a mulher, mas a marginaliza quando ela foge do ideal de virtude.

Nesse sentido, a mimese alencarina não se limita a refletir o real, mas o questiona, expondo a hipocrisia e o duplo padrão de um mundo que exige da mulher pureza absoluta, mas a marginaliza quando ela escapa do modelo de submissão. Ao

construir a trajetória de Lúcia, Alencar evidencia as tensões entre desejo, culpa, idealização e exclusão — elementos que compõem o imaginário social do século XIX e revelam as contradições estruturantes de uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero.

Dessa forma, pode-se afirmar, com base em Antônio Candido (2000), que a literatura exerce uma função humanizadora justamente por meio da mimese, ao permitir que o leitor reconheça na ficção aspectos da realidade social e de sua própria condição humana. *Lucíola* torna-se, portanto, um exemplo de como a representação literária pode funcionar como um instrumento de reflexão crítica e desconstrução de estigmas, abrindo espaço para novas leituras sobre a figura feminina na sociedade brasileira.

### 3 PROSTITUIÇÃO, ESTIGMA E SEXUALIDADE

A prostituição, ao longo da história, nunca foi um fenômeno meramente marginal ou isolado, mas sempre esteve profundamente vinculada às estruturas sociais, morais e econômicas de cada época. A partir da análise de Ceccarelli (2008), compreende-se que essa prática não pode ser reduzida a um simples “desvio moral”, uma vez que, segundo o autor, “a prostituição sempre ocupou um lugar funcional nas diferentes organizações sociais, sendo ora tolerada, ora regulamentada, ora violentamente reprimida” (Ceccarelli, 2008, p. 23).

Em diversas sociedades da Antiguidade, a prostituição esteve, inclusive, associada a rituais religiosos, exercendo papel reconhecido em determinados cultos. Nesse sentido, o autor ressalta de forma direta que “a ligação exclusiva entre prostituição e pecado é uma construção histórica relativamente recente, fortemente influenciada pela moral judaico-cristã” (Ceccarelli, 2008, p. 41).

Com o passar dos séculos, a prostituição passou a se inserir em dinâmicas econômicas mais amplas, assumindo diferentes significados conforme os contextos históricos. Na sociedade europeia medieval, por exemplo, a influência do amor cortês contribuiu para a ressignificação da figura da prostituta. Conforme aponta Ceccarelli, na obra *Psicanálise, sexualidade e cultura: a mulher, o desejo e a prostituição*, “a partir do século XII o amor cortês passou a regular a sociedade europeia”, o que possibilitou que muitas cortesãs alcançassem prestígio social e proteção legal (Ceccarelli, 2008, p. 89). Segundo o autor, nesse período, essas mulheres chegaram a exercer “grande poder, tendo conhecimento de questões estratégicas”, em razão de sua proximidade com membros da nobreza e do poder político (Ceccarelli, 2008, p. 91).

Entretanto, com a Reforma Protestante do século XVI e o fortalecimento do puritanismo, a prostituição voltou a ser fortemente condenada nos planos moral, religioso e jurídico, sendo novamente empurrada para a clandestinidade. Ainda assim, como destaca Ceccarelli (2008, p. 97), essa repressão não foi capaz de erradicar a prática, uma vez que “as cortesãs continuaram a existir nas cortes europeias e também nas colônias”, o que revela a permanência histórica da prostituição mesmo diante das tentativas de controle social. Em outras tradições, especialmente na matriz judaico-cristã, a prostituição foi marcada por uma condenação moral rigorosa. Segundo Ceccarelli, “a moral cristã sempre condenou tal prática, que também era tida como a responsável pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis”

(Ceccarelli, 2008, p. 102), evidenciando como o discurso religioso contribuiu para consolidar uma percepção negativa da prostituição, cujos efeitos simbólicos e sociais ainda persistem na contemporaneidade. Quando relacionamos esse panorama histórico ao romance *Lucíola*, percebe-se que a personagem de José de Alencar é fruto direto desse entrelaçamento entre moralidade e economia. Lúcia é construída como uma figura paradoxal: ao mesmo tempo em que é alvo da condenação moral da sociedade carioca do século XIX, sustenta-se e circula entre a elite por meio de uma atividade que essa mesma elite consome silenciosamente. Assim como nas sociedades analisadas por Ceccarelli, em que a prostituição podia garantir prestígio.

Nesse sentido, Ceccarelli (2008) destaca que a moral cristã tem papel central na construção do estigma que recai sobre a prostituta. Segundo o autor, “a moral cristã sempre condenou tal prática, que também era tida como a responsável pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis” (CECCARELLI, 2008, p. 15).

Essa afirmação revela como a prostituição foi sendo associada não apenas ao campo da imoralidade, mas também ao da patologia e do perigo social. Ao responsabilizar a prostituta pela circulação de doenças, deslocam-se para o corpo feminino culpas que, na realidade, são resultado de relações sociais mais amplas, envolvendo desigualdades de gênero, falta de educação sexual e ausência de políticas de saúde pública. A responsabilização moral e sanitária recai, portanto, sobre o elo mais fraco da relação.

Ceccarelli (2008, p. 22) observa que, em muitos casos, essas mulheres “alcançaram grande poder, tendo conhecimento de questões estratégicas”. A partir desse dado histórico, compreende-se que a prostituição não esteve sempre associada à marginalidade extrema; em determinadas conjunturas, ela foi uma via de acesso a bens materiais, informação e poder.

Ceccarelli (2008, p. 24) afirma que, com a Reforma, “a prostituição criminalizada aos olhos da ação conjunta das igrejas católica e protestantes, cai na clandestinidade”. Percebe-se, então, que a prática não é eliminada, mas deslocada: sai do campo da tolerância regulada para o terreno da clandestinidade e da repressão. Esse movimento tem consequências importantes do ponto de vista social e econômico. Ao ser empurrada para a ilegalidade, a prostituição deixa de ser reconhecida como parte das relações econômicas e passa a ser tratada prioritariamente como problema moral e policial, o que facilita processos de

exploração, violência e ausência de direitos para quem depende dessa atividade para sobreviver.

A personagem circula em ambientes luxuosos, relaciona-se com homens influentes e movimenta recursos financeiros significativos, mas permanece marcada pelo estigma da “mulher perdida”. Ao dar voz à personagem, o romance evidencia a consciência que Lúcia tem de sua posição social. Em determinado momento, ela reconhece que, independentemente de suas escolhas futuras, a sociedade não a perdoará: “a sociedade nunca me perdoará o passado” (Alencar, 1999, p. 47).

Essa fala explicita o rigor moral dirigido às mulheres que fogem do ideal de pureza, em contraste com a relativa liberdade dos homens. Em outro trecho, a desigualdade de gênero aparece de forma ainda mais clara quando a personagem observa que “os homens, esses, tudo podem; a nós, mulheres, não é lícito cair sem perder para sempre o direito ao respeito” (ALENCAR, 1999, p. 63). Essa passagem permite articular a ficção de Alencar às reflexões de Ceccarelli (2008), pois ambas apontam para a mesma lógica: a moral cristã e burguesa pune com mais severidade as mulheres e silencia ou relativiza o papel masculino na prostituição.

### 3.1 Prostituição e atividade econômica

Do ponto de vista econômico, *Lucíola* revela a prostituição como atividade produtiva, ainda que não reconhecida como tal. Lúcia sustenta-se por meio da venda de serviços sexuais, consome bens de luxo, paga aluguel e mantém uma rede de relações que, direta ou indiretamente, dependem de sua capacidade de gerar renda. A personagem insere-se, assim, no que se pode chamar de mercado do sexo, em que o corpo feminino é transformado em mercadoria, negociada em função do desejo e do status social dos clientes. Essa dimensão econômica costuma ser invisibilizada pelos discursos puramente morais, mas o romance permite torná-la mais evidente ao mostrar como a protagonista, mesmo condenada, é peça importante na engrenagem de consumo da elite carioca.

A leitura de *Lucíola* à luz do percurso histórico traçado por Ceccarelli (2008) evidencia que a prostituição não é um acidente isolado, mas um fenômeno estruturado por relações de poder e por dinâmicas econômicas específicas. Assim como as cortesãs medievais que “alcançaram grande poder” (Ceccarelli, 2008, p. 22), Lúcia, em certa medida, também acessa espaços sociais interditos a outras mulheres de sua

classe. Ela participa de festas, recebe joias, habita ambientes refinados e estabelece laços com homens que ocupam posições privilegiadas. No entanto, ao contrário das mulheres idealizadas pelo amor romântico, ela não é destinada ao casamento honroso, mas mantida na esfera do prazer clandestino, sem reconhecimento público. A personagem encarna, portanto, a tensão entre prestígio e exclusão: é desejada e, simultaneamente, rechaçada.

Ceccarelli (2008) mostra que, com o avanço do puritanismo e a clandestinização da prostituição, intensifica-se a hipocrisia social: aquilo que é publicamente condenado continua a ser consumido em segredo. Essa mesma hipocrisia é central em *Lucíola*. A sociedade que aponta o dedo para Lúcia é a mesma que a procura nas sombras. A moral rígida funciona como instrumento de controle e de manutenção de hierarquias, ao passo que, na prática, a prostituição torna-se um espaço no qual se negociam desejos masculinos que não podem ser satisfeitos dentro do modelo de família burguesa. A personagem é, assim, necessária para preservar o ideal de pureza das “moças de família”, pois desloca para si toda a carga de sensualidade rejeitada no espaço doméstico (Alencar 1999; Ceccarelli, 2008).

Do ponto de vista da análise sociológica, isso significa que a prostituição, tanto na história discutida por Ceccarelli quanto na ficção de Alencar, cumpre uma função estrutural. Ela absorve tensões entre desejo e moral, entre prazer e respeito, entre necessidade econômica e ideal de pureza. Por isso, não é surpreendente que, apesar de todas as tentativas de repressão, a prostituição não desapareça. Como afirma Ceccarelli (2008, p. 24), mesmo quando criminalizada e empurrada para a clandestinidade, “cortesãs continuaram a existir nas cortes europeias e colônias”, o que demonstra a resiliência dessa prática. Em *Lucíola*, essa permanência assume contornos literários: Lúcia é uma figura trágica, porque sua trajetória está atravessada por um conflito insolúvel entre o desejo de regeneração moral e as marcas sociais de seu passado.

A prostituição, quando observada a partir da perspectiva histórica de Ceccarelli e da representação literária em *Lucíola*, de José de Alencar, deve ser compreendida como atividade econômica e fenômeno social complexo, e não apenas como comportamento individual desviante. A postura da moral cristã, que “sempre condenou tal prática” (Ceccarelli, 2008, p. 15), contribuiu para consolidar um estigma que recai de forma mais pesada sobre as mulheres, ao mesmo tempo em que a prática permaneceu indispensável ao funcionamento de determinados modelos de

sociabilidade. No romance, Lúcia sintetiza essa contradição: é protagonista de sua própria história, mas permanece à margem da “boa sociedade”, sem acesso pleno ao respeito e ao reconhecimento. Sua figura literária denuncia, ainda que de modo ambíguo, a hipocrisia de uma ordem social que precisa da prostituição para mediar suas tensões entre desejo e moral, mas se recusa a reconhecê-la como parte legítima de sua própria estrutura econômica e simbólica.

Ao discutir a noção de escolha, O’Connell Davidson problematiza a ideia de que as prostitutas simplesmente “preferem” essa atividade. Para ela, é necessário considerar que, em contexto de pobreza, racismo e sexismo, a margem de escolha é bastante reduzida. A autora aponta que muitas mulheres recorrem ao trabalho sexual porque “não dispõem de outras formas viáveis de garantir a própria sobrevivência e a de seus dependentes” (O’Connell Davidson, 1998, p. 52). Em uma leitura crítica, isso significa que a prostituição precisa ser entendida como estratégia de sobrevivência construída dentro de um sistema econômico desigual, e não como uma decisão individual isolada de um contexto mais amplo.

Nessa mesma linha, Juliano (2003) enfatiza que as mulheres que se tornam trabalhadoras sexuais geralmente pertencem a grupos historicamente marginalizados: são, com frequência, imigrantes, negras, analfabetas, mães ou mulheres com baixa qualificação profissional, o mercado de trabalho formal oferece a essas mulheres apenas “empregos precários, mal remunerados e socialmente desvalorizados” (Juliano, 2003, p. 58). Por isso, a prostituição pode surgir como uma alternativa relativamente mais vantajosa do que outras formas de trabalho, ainda que permeada por estigmas e riscos. Juliano (2003, p. 61) afirma que, para muitas delas, o trabalho sexual é percebido como “um dos poucos caminhos possíveis para alcançar alguma autonomia econômica”, justamente por possibilitar maior controle sobre horários e ganhos imediatos.

Isso não significa, contudo, a ausência de exploração, desigualdade ou violência. Pelo contrário, conforme ressalta O’Connell Davidson (1998, p. 37), o mercado sexual está igualmente atravessado por relações de poder, nas quais “as opções disponíveis para as mulheres pobres são sempre escolhas limitadas por estruturas sociais profundamente desiguais”. Juliano (2003, p. 63) reforça que a autonomia econômica proporcionada pela prostituição é sempre relativa, pois ocorre dentro de um sistema que continua a produzir estigmas, vulnerabilidades e exclusões sociais.

Tanto O'Connell Davidson quanto Juliano insistem que a prostituição não deve ser analisada de forma isolada, como se fosse apenas resultado de uma decisão individual desvinculada das estruturas sociais. Ao contrário, ambas inserem o trabalho sexual em um quadro mais amplo de desigualdade econômica, discriminação de gênero, racismo e exclusão social. Para O'Connell Davidson (1998, p. 54), quando quase todas as alternativas de trabalho são marcadas por exploração e baixos salários, “a escolha pelo trabalho sexual é menos uma escolha livre do que uma resposta às condições limitadas de sobrevivência”. Juliano (2003, p. 63) reforça essa perspectiva ao afirmar que, para muitas mulheres em situação de pobreza, “a prostituição constitui uma estratégia de sobrevivência diante de um sistema que fecha outras portas”.

Ceccarelli (2008) analisa a prostituição como uma forma de troca econômica em que o corpo é transformado em mercadoria, inserindo-se plenamente na lógica de mercado. Ao mesmo tempo, mostra que essa atividade é fortemente estigmatizada pela moral cristã, que constrói a figura da prostituta como símbolo do pecado e a responsabiliza pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis. Para o autor, a maioria das pessoas que se prostituem provém das camadas mais pobres e encontra nesse mercado uma possibilidade de sobrevivência em contextos marcados pela falta de alternativas de trabalho, o que aproxima sua leitura das análises de O'Connell Davidson (1998) e Juliano (2003) sobre o trabalho sexual como estratégia de sobrevivência em meio à desigualdade social.

Dessa forma, o texto, em sintonia com a visão das autoras, mostra que o trabalho sexual deve ser compreendido como uma atividade econômica situada em um contexto de desigualdades estruturais, e não como mero desvio moral ou resultado de escolhas plenamente autônomas. O que aparece em primeiro plano, tanto em O'Connell Davidson (1998) quanto em Juliano (2003), é a ideia de que o trabalho sexual emerge como estratégia de sobrevivência para mulheres cujas possibilidades de inserção digna no mercado de trabalho são drasticamente reduzidas por fatores como classe, gênero, raça e migração.

### 3.2 Sexualidade e corpo feminino

Ao discutir a prostituição, Ceccarelli mostra como a sexualidade feminina é capturada pela lógica de mercado e pelo imaginário masculino. No artigo *Prostituição*

– *corpo como mercadoria*, ele define a prostituição como uma forma específica de troca econômica, na qual o corpo é explicitamente transformado em objeto de compra e venda: “na troca de favores sexuais que caracteriza a prostituição, o corpo é tratado como mercadoria, submetido às leis da oferta e da procura” (Ceccarelli, 2008, p. 2). Essa formulação evidencia que a sexualidade feminina, longe de ser apenas expressão íntima de desejo, é também um lugar de exploração econômica e de dominação simbólica.

A moral sexual cristã ocupa papel central nessa construção. Ceccarelli lembra que, na tradição ocidental, a sexualidade feminina foi, em grande medida, associada ao pecado, à tentação e ao descontrole. Em seu estudo, ele observa que, “A moral cristã sempre condenou a prostituição, fazendo da prostituta a encarnação do pecado e, mais recentemente, responsabilizando-a pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis” (Ceccarelli, 2008, p. 4.)

Desse modo, o corpo feminino aparece ao mesmo tempo como objeto de desejo e foco de perigo. Essa ambivalência se traduz em práticas sociais que erotizam o corpo da mulher, mas o punem quando esse corpo não se conforma ao ideal de pureza e recato.

Na perspectiva psicanalítica, a diferença entre corpo masculino e corpo feminino não pode ser reduzida a um simples dado anatômico. Em *Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões*, o autor critica a tentativa de fundamentar a diferença sexual apenas em “invariantes biológicas”, lembrando que “as diferenças visíveis entre corpo feminino e corpo masculino, percebidas segundo esquemas androcêntricos, tornam-se o penhor mais indiscutível de valores que confirmam a superioridade do masculino” (Ceccarelli, 2010, p. 272). Isso significa que o corpo feminino é interpretado a partir de um olhar que naturaliza hierarquias: o que é culturalmente produzido – submissão, recato, passividade – é apresentado como se fosse “natureza” da mulher.

Essa naturalização tem efeitos diretos sobre a vivência da sexualidade. O corpo feminino é socialmente convocado a ser, ao mesmo tempo, objeto de desejo e guardião da moral familiar. Ceccarelli mostra que a prostituta ocupa um lugar privilegiado para enxergar essa contradição: ela concentra em si a função de satisfazer desejos que não podem ser assumidos no espaço conjugal e, ao mesmo tempo, é o alvo da condenação moral: “Ao mesmo tempo em que é procurada, a prostituta é expulsa do campo da respeitabilidade; ela carrega sobre o corpo o

excesso de sexualidade que a sociedade não admite em suas ‘boas mulheres’” (Ceccarelli, 2008, p. 6).

Assim, o corpo feminino é dividido: de um lado, a esposa/mãe pura; de outro, a mulher sexualizada, desqualificada como “boa mulher”. Essa clivagem incide diretamente sobre a subjetividade das mulheres. Em *O corpo como estrangeiro*, Ceccarelli discute como a representação psíquica do corpo é construída, mostrando que, em muitas situações, o sujeito vive seu corpo como algo estranho, estrangeiro. Embora o artigo trate especialmente de transexualidade e intersexualidade, a reflexão é útil para pensar o corpo feminino em geral. O autor afirma que “o corpo próprio não é dado, ele se constrói a partir do olhar do outro e dos significantes que o nomeiam” (Ceccarelli, 2008, p. 55). No caso das mulheres, esse “olhar do outro” é, em grande parte, o olhar masculino e social que as define como objeto de desejo ou como sujeito moralmente julgado.

Nesse sentido, a sexualidade feminina, para Ceccarelli, é atravessada pela experiência de se ver e se viver a partir de um corpo constantemente vigiado, regulado e classificado. Ao falar da socialização de gênero, ele destaca que meninas e meninos aprendem desde cedo posições diferentes em relação ao próprio corpo e ao desejo: “enquanto o menino é incentivado a explorar o mundo e a afirmar sua virilidade, a menina é ensinada a controlar seus gestos, a cuidar de sua aparência e a conter seus desejos” (Ceccarelli, 2010, p. 275).

Isso contribui para que muitas mulheres vivam sua sexualidade com culpa, vergonha ou medo de transgredir padrões de feminilidade considerados aceitáveis. Ao articular prostituição e corpo feminino, Ceccarelli evidencia o vínculo entre sexualidade, economia e poder. A prostituição mostra de forma concentrada aquilo que, em outros contextos, aparece de modo mais difuso: a mercantilização do corpo e a assimetria entre os gêneros. Ele observa que “quem se prostitui provém majoritariamente das camadas mais pobres da população, para quem as alternativas de trabalho são raras e desvalorizadas” (Ceccarelli, 2008, p. 7). Assim, o corpo feminino é duplamente capturado: por um lado, como força de trabalho barata em empregos precarizados; por outro, como mercadoria sexual em um mercado regido pela demanda masculina.

A análise de Ceccarelli converge com leituras que entendem o trabalho sexual como estratégia de sobrevivência em um sistema desigual, mas acrescenta uma dimensão psíquica importante: o modo como o sujeito se apropria – ou não – de seu

corpo e de seu desejo. Ao mostrar que o corpo é construído como “estrangeiro” quando a identidade sexual não encontra inscrição simbólica adequada, o autor sugere que, para muitas mulheres, o corpo também pode ser vivido como algo imposto, moldado por expectativas alheias. No caso da prostituição, essa sensação se intensifica: “o corpo prostituído é um corpo disponível, moldado pelas exigências do cliente e descartável quando deixa de responder ao ideal de consumo” (Ceccarelli, 2008, p. 10).

Dessa forma, a contribuição de Ceccarelli para o debate sobre sexualidade e corpo feminino consiste em evidenciar que não há “natureza feminina” anterior à cultura. O que se entende por feminilidade é uma construção histórica sustentada por discursos religiosos, médicos, jurídicos e, mais recentemente, pela lógica do consumo. O corpo da mulher aparece, então, como lugar privilegiado de inscrição dessas normas: ele é vestido, vigiado, erotizado, punido e explorado. Analisar a sexualidade feminina a partir da psicanálise, como propõe o autor, significa justamente interrogar como cada mulher negocia, aceita, resiste ou sofre frente a essas marcas que a cultura imprime em seu corpo e em seu desejo.

Para Gil Derlan Silva de Almeida, a prostituta em *Cais da Sagração*, de Josué Montello, é uma figura ambivalente, simultaneamente inferiorizada na ordem social e central na construção literária do romance. Em artigo dedicado ao tema, o autor afirma que a meretriz é “pomenorizada e inferiorizada em muitas instâncias da vida social, mas sempre com papel de destaque no seio da literatura”, permeando “um imaginário de significações e mistérios” que a tornam uma mulher “ambivalente e enigmática em suas aparições” (Silva; Almeida e Lopes, 2020, p. 77).

Já em *Pele macia, boca quente e vulva aberta: a representação da prostituta em Cais da Sagração de Josué Montello*, Almeida (2020) enfatiza que o terreno da prostituição é marcado pelo “não dito”, pelo “escondido” e pela “zona do pecaminoso” (p. 10), evidenciando como, na sociedade patriarcal maranhense, o corpo feminino é controlado pelo discurso moral e relegado à rua, ao bordel e, muitas vezes, à morte como única forma de redenção (Almeida, 2020, p. 13-14).

Desse modo, a leitura de Gil Derlan Silva de Almeida sobre *Cais da Sagração* permite compreender que a prostituta, longe de ser um simples tipo secundário, funciona como chave de leitura das contradições da sociedade patriarcal retratada por Josué Montello. Ao evidenciar que essas mulheres são simultaneamente desejadas, usadas e descartadas, o autor mostra como o corpo feminino é transformado em

território de controle moral e de exercício de poder, ao mesmo tempo em que se constitui uma estratégia de sobrevivência em um contexto de exclusão e pobreza. Ao trazer “essas mulheres da esquina para a academia” (Almeida, 2020, p. 15), o crítico não apenas ilumina a complexidade da personagem prostituta, mas também convoca a literatura a assumir seu papel como espaço privilegiado para problematizar desigualdades de gênero, classe e moralidade, superando leituras estigmatizantes e abrindo caminho para uma reflexão mais crítica e humanizada sobre o trabalho sexual e suas representações.

### 3.3 A representação da prostituta na literatura

Especialmente em *Cais da Sagração*, de Josué Montello, pode ser compreendida com mais profundidade quando colocamos em diálogo as leituras de Gil Derlan Silva de Almeida, Paulo Roberto Ceccarelli, O’Connell Davidson e Dolores Juliano. Em primeiro lugar, Almeida destaca que a meretriz ocupa um lugar ambivalente: socialmente rebaixada, mas literariamente central. Ele afirma que a prostituta é “pormenorizada e inferiorizada em muitas instâncias da vida social, mas sempre com papel de destaque no seio da literatura”, constituindo uma figura “ambivalente e enigmática em suas aparições” (Silva; Almeida e Lopes, 2020, p. 77). Assim, a personagem prostituta não é apenas um tipo marginal: ela revela as contradições de uma sociedade patriarcal que depende de seus serviços, mas a condena moralmente.

Ao articular essas perspectivas, podemos dizer que Ceccarelli ajuda a compreender o peso do estigma e da moral cristã sobre o corpo feminino; O’Connell Davidson e Juliano evidenciam a prostituição como estratégia de sobrevivência em um sistema desigual; e Almeida mostra como tudo isso é dramatizado literariamente em *Cais da Sagração*. Não por acaso, o próprio Almeida declara que, ao analisar o romance de Montello, pretende que o leitor enxergue “como o patriarcalismo na sociedade maranhense do século XX constitui um forte aparato de poder para a diminuição de corpos e identidades” (Almeida, 2020, p. 12). Nesse sentido, a prostituta literária deixa de ser apenas personagem “pecadora” para tornar-se chave de leitura de um mundo em que o corpo feminino é, ao mesmo tempo, mercadoria, alvo de culpa e ferramenta de sobrevivência. Ao trazer “essas mulheres da esquina para a academia” (Almeida, 2020, p. 15), o crítico faz eco às análises de Ceccarelli, O’Connell

Davidson e Juliano, convocando a literatura a participar de uma reflexão crítica e humanizada sobre o trabalho sexual, suas condições materiais e o lugar que a prostituta ocupa na imaginação social.

Além disso, a reflexão de Paulo Roberto Ceccarelli sobre sexualidade e corpo feminino se insere no campo da psicanálise, articulando dimensões históricas, culturais e inconscientes. Para o autor, o corpo não é apenas uma realidade biológica, mas uma construção simbólica atravessada por discursos sociais, sobretudo aqueles que regulam a sexualidade e a diferença entre os sexos. Em seus textos, Ceccarelli insiste que “não é o corpo em si que fala, mas o modo como ele é significado pela cultura e pela história do sujeito” (Ceccarelli, 2010, p. 270). No caso do corpo feminino, essa significação é fortemente marcada pela visão androcêntrica, que define o que é ser mulher a partir das expectativas e fantasias masculinas.

#### 4 OS ESTIGMAS EM *LUCÍOLA*: A REPRESENTAÇÃO NA PERSONAGEM

O romance "Lucíola", publicado em 1862, insere-se em um contexto histórico e social marcado por profundas transformações e, ao mesmo tempo, por uma rigidez moral que definia os papéis sociais, especialmente os femininos. A figura da prostituta, longe de ser uma entidade homogênea, era alvo de uma complexa teia de representações e estigmas que a confinaram a um espaço marginalizado, assim como sua existência era, paradoxalmente, tolerada e até mesmo necessária para a manutenção de certas dinâmicas sociais. O livro "As Prostitutas na História", de Nickie Roberts, com sua tradução para o português por Magda Lopes, publicação da Editora Rosa dos Tempos, oferece um valioso panorama histórico que ilumina as bases desses estigmas, permitindo uma análise mais profunda da personagem Lúcia, a "flor da malandragem".

O título do Capítulo 12 da obra de Alencar, intitulado "Madonas e Madalenas", já evoca a ambiguidade e a dualidade com que a sociedade do século XIX se relacionava com as mulheres em situação de prostituição. "Madona" representa o ideal de pureza, santidade e recato, um arquétipo feminino inatingível para a maioria, mas que servia como parâmetro moral e social. Em contrapartida, "Madalena", remetendo à figura bíblica de Maria Madalena, personifica a mulher pecadora, a que caiu em desgraça, mas que, em alguns discursos, poderia encontrar um caminho para a redenção. No entanto, mesmo na redenção, o estigma do pecado e da queda permanecia, marcando-a para sempre.

Essa dicotomia era central na construção da identidade feminina no século XIX. A mulher "respeitável" era confinada ao espaço doméstico, à submissão e à virgindade pré-nupcial e fidelidade conjugal. Aquelas que se afastavam desses ideais, especialmente no que tange à sexualidade, eram rapidamente rotuladas como "desviantes", "corruptas" e, conseqüentemente, estigmatizadas. A prostituta, nesse cenário, era a encarnação do "outro" moral, o elemento perturbador da ordem social e da santidade familiar. O livro de Roberts, ao explorar o "Estigma da Prostituta no Século XIX", certamente detalha como esse preconceito se manifestava: a associação com a doença (a sífilis, em particular, era uma preocupação constante), a criminalidade, a pobreza extrema e a perdição moral. A mulher que se dedicava à prostituição não era vista apenas como alguém que violava preceitos religiosos e morais, mas também como uma ameaça à estrutura patriarcal, desafiando, mesmo

que involuntariamente, o controle masculino sobre a sexualidade feminina e a propriedade do corpo da mulher. Assim, a obra de Alencar recupera essas significações simbólicas para o discurso romanesco.

Já no Capítulo 13, com seu título carregado de indignação – "Vergonha, Vergonha, Horror!: o Abolicionismo e a Luta pela Pureza Social" aprofunda a análise dos movimentos ideológicos e sociais que moldaram a percepção pública da prostituição. É importante notar que o "abolicionismo" aqui pode se referir a diferentes vertentes, mas, no contexto do século XIX, frequentemente se ligava a um forte moralismo e a um desejo de "limpar" a sociedade da "mancha" da prostituição. Essa cruzada pela "pureza social" resultava na criação de leis e regulamentações que visavam mais reprimir, controlar e marginalizar as prostitutas, tratando-as como criminosas e doentes, do que abordar as complexas causas sociais e econômicas de sua condição. A sociedade, em sua ânsia por pureza, acabava por reforçar o estigma e a marginalização.

A personagem Lúcia, em *Lucíola* de José de Alencar, é um retrato vívido dessas tensões. Ela é apresentada como uma cortesã, figura que, no imaginário do século XIX, ocupava um lugar paradoxal. Por um lado, era associada ao luxo, à sofisticação e a um poder de sedução que podia deslumbrar. Por outro, estava intrinsecamente ligada à desonra, à imoralidade e à condenação social. Ao ser retratada como uma mulher que escolhe (ou é levada a escolher) a prostituição como meio de vida, Lúcia encarna a própria dualidade explorada por Roberts: a "Madona" e a "Madalena". Ela é sedutora, inteligente e capaz de despertar sentimentos profundos em Paulo, o protagonista, mas carrega consigo o peso do seu ofício, o estigma que a impede de ser plenamente aceita em uma sociedade que valoriza a pureza e a submissão feminina.

“Realmente as rosas de suas faces viçavam; era cintilante o brilho que desferia a sua pupila negra. Pelos lábios úmidos lentejava a onda perene de um sorriso, que orvalhava-lhe o semblante de luz e graça.” (ALENCAR, *Lucíola*, p. 122).

Suas atitudes, seus diálogos e o desfecho de sua história, podem ser interpretados como um reflexo direto das discussões históricas apresentadas por Nickie Roberts. A idealização de Lúcia como uma "flor" pode ser vista como uma

estratégia literária para tornar a personagem mais palatável para o leitor do século XIX, uma tentativa de amenizar o estigma associado à sua profissão. Contudo, essa mesma "flor" está intrinsecamente ligada à "malandragem" e à marginalidade, elementos que a afastam do ideal da "Madona". Sua trajetória, marcada pela dificuldade em escapar do seu destino socialmente imposto, ecoa a luta pela "pureza social" descrita no Capítulo 13. A sociedade, ao condenar e estigmatizar a prostituta, em vez de oferecer caminhos para sua reintegração ou para a transformação das condições que levam à prostituição, perpetua o ciclo de sofrimento e marginalização. Barros (2013, p. 457) recorre à figura da cortesã grega Phryne, do século IV a.C., como um recurso simbólico para estabelecer um contraponto crítico à rigidez moral do século XIX. Embora situada em um contexto histórico da Antiguidade, essa referência é ressignificada de maneira metafórica, possibilitando a reflexão sobre formas de feminilidade que desafiam os discursos morais e religiosos.

Nesse sentido, Phryne passa a representar uma relação mais livre com a divindade, entendida como uma construção humana, perspectiva que se distancia das normas morais cristãs e burguesas predominantes no período oitocentista, sobretudo no que diz respeito à sexualidade e à autonomia feminina, mesmo em sua condição de cortesã, evoca uma certa liberdade e uma relação mais direta com a divindade como criação humana, algo impensável no moralismo exacerbado da época de Lúcia. Essa comparação sutil pode realçar o peso dos estigmas que oprimiam as prostitutas no século XIX, um período em que a "pureza social" era um ideal rigidamente imposto.

Portanto, o estudo de "As Prostitutas na História", com ênfase nos capítulos que abordam o estigma no século XIX, oferece um arcabouço teórico e histórico essencial para desmistificar e aprofundar a análise da personagem Lúcia. A obra de Roberts (1992) permite compreender que o estigma não era um fenômeno isolado, mas sim um constructo social complexo, moldado por ideologias, moralismos e pela necessidade de manter uma determinada ordem social. Ao conectar as discussões históricas de Roberts com a representação literária de Alencar, é possível desvelar as nuances da condição feminina no século XIX e a forma como os preconceitos sociais se manifestavam, inclusive, no universo da ficção.

A personagem Lucíola, nesse sentido, transcende a mera criação literária para se tornar um espelho das inquietações e das contradições de uma época que, ao mesmo tempo em que progredia, teimava em perpetuar estigmas e marginalizações. A análise de sua representação, à luz da obra de Nickie

Roberts (1992), revela a complexidade com que os estigmas sociais moldavam a vida e a percepção das mulheres em situação de prostituição, e como a literatura, por sua vez, ecoava e, por vezes, criticava essas imposições, a personagem Lúcia é construída a partir de uma trajetória marcada por estigmas sociais, morais e psicológicos que atravessam sua existência e moldam sua relação com o mundo.

“Por estigma entende-se um atributo profundamente depreciativo, que reduz o indivíduo de uma pessoa completa e comum a uma pessoa diminuída e desacreditada” (Goffman, 1988, p. 12)

Tais estigmas não se reduzem ao papel de “cortesã”, mas se desdobram em camadas que envolvem o julgamento social, a violência simbólica, a internalização da culpa e o silenciamento de sua verdadeira história.

Conforme pontua Erving Goffman (1988), o estigma é um atributo profundamente depreciativo que reduz o indivíduo de uma pessoa completa e normal a alguém diminuído e desacreditado. Essa definição se adapta perfeitamente à personagem Lúcia, que passa a ser percebida pela sociedade apenas a partir de um único aspecto: sua condição de “cortesã”. Tudo o que diz respeito à sua moral, às suas motivações e à sua humanidade torna-se invisível diante desse rótulo. Assim, a personagem é permanentemente atravessada pelo processo de “desqualificação social” que lhe impõe uma identidade deteriorada.

A primeira camada de estigmatização aparece no olhar masculino que define Lúcia antes mesmo que ela possa narrar sua própria história. O discurso do personagem Sá, na obra, exemplifica esse julgamento moralista dirigido à figura da mulher que não se enquadra nas normas sociais do século XIX. Segundo ele, “terrível coisa é uma cortesã, quando lhe vem o capricho de apaixonar-se por um homem! Agarra-se a ele como os vermes, que roem o corpo dos pássaros” (Alencar, 2021, p. 53). A metáfora depreciativa reduz a mulher à condição de parasita, reforçando um estigma estrutural baseado na desumanização e no desprezo. Ao afirmar que a cortesã possui apenas “paixão de cabeça e excitação dos sentidos”, Sá nega à personagem qualquer capacidade de amar de forma legítima, delimitando o que Goffman chamaria de “identidade social virtual”, aquela que o meio impõe ao indivíduo.

Esse tipo de julgamento revela o estigma moral que acompanha Lúcia: sua existência é lida exclusivamente por meio da lente do pecado, do corpo e da sexualidade. A personagem é transformada em objeto de desejo e repulsa ao mesmo tempo. A sociedade que a consome também a condena, e nesse processo a personagem se vê aprisionada em um papel que não escolheu. O mesmo se observa na cena em que Paulo a vê entrando no carro de Couto: “Enquanto acompanhava com os olhos a cortesã desprezível que se balançava lubrificante no seu novo carro...” (Alencar, 2021, p. 69). Aqui, Lúcia é vista não como pessoa, mas como espetáculo sensual e objeto de posse masculina. A palavra “lubrificante” é usada para reforçar a sensualidade exagerada, acentua o estigma sexual imposto a ela.

O olhar de Paulo também é contaminado pelo preconceito social. Ainda que se apaixone por Lúcia, ele inicialmente reproduz o discurso moral dominante, enxergando-a apenas como “amante de Couto” e associando sua identidade a um comportamento moralmente condenável. É essa visão que constrói o estigma público que recai sobre a personagem. Conforme Bourdieu (1998), a violência simbólica opera justamente nesse ponto: quando o dominado introjeta as categorias de percepção do dominante e passa a ser visto e julgado segundo normas externas que o inferiorizam. No caso de Lúcia, a sociedade do Rio de Janeiro oitocentista define o que ela é e essa definição é não apenas aceita pelos outros, mas por vezes incorporada pela própria personagem.

Somente quando Lúcia começa a narrar sua história é que o leitor e Paulo entram em contato com a origem do estigma. Ao relembrar a febre amarela de 1850, a personagem expõe o sofrimento que a levou à degradação social: “Meu pai, minha mãe, meus manos, todos caíram doentes; só havia em pé minha tia e eu. Uma vizinha que viera acudir-nos adoecera à noite e não amanheceu” (Alencar, 2021, p. 111). Esse relato de tragédia, morte e abandono evidencia que sua trajetória não se vincula a um desvio moral voluntário, mas à necessidade, à miséria e à ausência de alternativas.

Esse trecho revela uma dimensão importante do estigma: sua construção histórica. Lúcia não nasce cortesã; ela é empurrada a essa condição em um contexto social que não oferecia proteção às mulheres pobres. Seu corpo torna-se sua única moeda de sobrevivência, algo que posteriormente será lido pela sociedade como um “pecado”, e não como uma consequência da desigualdade estrutural. Em outras palavras, o estigma social apaga o sofrimento real que antecede a queda moral atribuída à personagem.

Ainda no relato de sua vida, surge o estigma internalizado, elemento central para compreender a complexidade psicológica de Lúcia. Em seu discurso ela expõe sua culpa profundamente enraizada: “Obrigada! [...] Alguma coisa me diz que mereço este consolo. [...] O dinheiro ganho com a minha vergonha salvou a vida de meu pai e trouxe-nos um raio de esperança. [...] A consciência de me ter sacrificado por aqueles que eu adorava, fazia-me forte” (Alencar, 2021, p. 113). Aqui percebe-se que a personagem vive o conflito entre a vergonha social e o sentido íntimo de sacrifício. Para a sociedade, ela é marcada pelo estigma sexual. Para si mesma, ainda que reconheça o sofrimento, ela identifica seu ato como um gesto de amor filial.

A expressão “dinheiro ganho com a minha vergonha” demonstra como Lúcia internaliza o discurso moral dominante. Ela não diz “meu trabalho”, nem “meu esforço”, mas sim “minha vergonha”. Essa internalização revela o que Goffman define como estigma assumido: a aceitação do rótulo que a sociedade impõe. Contudo, simultaneamente, Lúcia ressignifica esse estigma ao compreender que seu gesto salvou sua família. Assim, o estigma é ao mesmo tempo ferida e escudo algo que a diminui, mas também a fortalece, pois lhe dá um sentido de dignidade em meio à degradação.

Desse modo, o romance expõe a maneira como o estigma opera tanto externa quanto internamente. A sociedade a marca; ela, por sua vez, carrega essa marca em silêncio, oscilando entre a resistência e a submissão, entre o amor-próprio e a autodepreciação. A personagem é construída como uma figura trágica justamente porque luta constantemente contra uma identidade que lhe foi imposta.

Outro aspecto relevante é a relação entre o estigma e o corpo. Lúcia é observada, julgada e consumida a partir do corpo e nunca da subjetividade. A sociedade reduz sua existência à sua função sexual. Quando Paulo a vê no carro de Couto, seu julgamento não considera sua história, mas sua aparência sensual e sua suposta ligação com o amante. Do mesmo modo, o discurso do personagem Sá se estrutura sobre uma leitura moral do corpo feminino, que deve ser domado, punido ou vigiado. Esse corpo socialmente marcado opera como elemento central na construção do estigma.

Contudo, ao narrar sua história, Lúcia tenta recuperar sua humanidade. Sua confissão funciona como uma ruptura no discurso estigmatizante. Não se trata de justificar-se, mas de reivindicar seu direito à narrativa, ao afeto e à dignidade. A personagem revela que sob o rótulo da “cortesã” existe uma mulher que sofreu, que

amou, que cuidou da família e que tenta reconstruir-se apesar da violência simbólica que a circunda.

Assim, a representação da personagem Lúcia no romance articula múltiplos estigmas: moral, social, psicológico e histórico. Ao mesmo tempo, expõe a hipocrisia de uma sociedade que condena a mulher que cai, mas não oferece meios para que ela se mantenha de pé. Assim, Alencar constrói uma personagem marcada pelo sofrimento e pela resistência, cujo maior conflito é justamente a tentativa de reconciliar-se com uma identidade que lhe foi arrancada.

Portanto, compreender Lúcia a partir dos estigmas que a atravessam é essencial para interpretar não apenas sua trajetória individual, mas também a crítica social implícita no romance. *Lucíola* não é apenas uma narrativa de amor e tragédia; é uma denúncia das estruturas que condenam mulheres pobres à papéis degradantes e depois as julgam por sobreviverem da única forma possível. Nesse sentido, Lúcia se torna símbolo de todas as mulheres estigmatizadas pela sociedade patriarcal do século XIX e, de muitas formas, também das mulheres que continuam a enfrentar estigmas semelhantes na contemporaneidade.

## 5 A DESCONSTRUÇÃO DOS ESTIGMAS NA OBRA DE JOSÉ DE ALENCAR

Embora José de Alencar esteja inserido em uma sociedade marcada por forte moralismo e padrões rígidos de comportamento feminino, o autor, em *Lucíola*, opera um movimento de desconstrução dos estigmas que recaem sobre sua protagonista. Ao contrário da visão reducionista e condenatória que caracterizava a representação das “mulheres caídas” no século XIX, Alencar dá a Lúcia profundidade psicológica, história, voz e dignidade. A forma como ele articula a narrativa permite que o leitor compreenda não apenas a condição social da personagem, mas as estruturas que a moldaram, rompendo com a leitura moralista predominante.

Em um contexto literário em que a figura da prostituta era frequentemente tratada como objeto de escândalo, punição ou caricatura, Alencar chama atenção por apresentar Lúcia como sujeito complexo, dotado de sensibilidade e humanidade. Desse modo, sua obra contribui para desmontar estereótipos. A desconstrução ocorre, primeiramente, quando o autor retira do campo da culpa individual o motivo da queda da personagem, mostrando que seu destino está ligado a fatores sociais, econômicos e históricos. Essa perspectiva difere radicalmente da tradição literária que responsabilizava exclusivamente a mulher pelo seu desvio moral.

Lúcia rompe com o estigma de “mulher sensual por natureza”, comum nos discursos oitocentistas. Suas ações são contextualizadas a partir de uma narrativa de sofrimento e sacrifício. O que a sociedade interpretava como “desobediência moral” é revelado pelo romance como fruto de tragédia familiar e falta de alternativas. Ao expor sua história na célebre confissão a Paulo, Alencar desconstrói o preconceito estrutural que reduz a mulher a seu corpo. A cena em que ela relata a miséria causada pela febre amarela desloca o foco do julgamento moral para o reconhecimento de sua vulnerabilidade social, revelando que as marcas sociais que carrega não são naturais, mas historicamente produzidas.

Outro mecanismo de desconstrução aparece na inversão do olhar. Enquanto a sociedade a julga a partir do estigma, Alencar permite que o leitor veja a sociedade através dos olhos de Lúcia. Ao compartilhar sua perspectiva, ela denuncia a hipocrisia da elite carioca, que condena as cortesãs, mas consome seus corpos

silenciosamente. Essa denúncia revela as contradições de uma moralidade construída para reforçar hierarquias e controlar os comportamentos femininos. Assim, a desconstrução proposta por Alencar não está apenas na figura de Lúcia, mas também na crítica implícita a uma sociedade que produz os estigmas que depois punem o indivíduo.

A narrativa também desconstrói a ideia de que a cortesã é incapaz de amar. Se o discurso de Sá define a mulher como “verme” ou “anjos decaídos incapazes de amar”, José de Alencar inverte essa lógica ao apresentar a intensidade, profundidade e sinceridade do amor de Lúcia por Paulo. O romance revela que é justamente sua condição de estigmatizada que amplifica seu desejo de redenção e de construção de uma vida moralmente íntegra. Assim, o amor não é, para ela, uma forma de sedução, mas de cura. Alencar, portanto, desmonta o estigma emocional que atribuía às mulheres como Lúcia a impossibilidade de sentimentos verdadeiros.

Outro ponto fundamental da desconstrução está na devolução da voz às personagens femininas. Lúcia é quem narra sua dor, sua história e suas motivações. Esse gesto literário é significativo para a desconstrução dos estigmas, pois retira a imagem da mulher das mãos do olhar masculino hegemônico e a devolve ao campo da subjetividade. A fala direta de Lúcia rompe com o silêncio imposto socialmente às mulheres e revela a distância entre a identidade estigmatizada e a identidade real.

A desconstrução também se evidencia no modo como o romance reconfigura o conceito de “pureza”. Embora socialmente Lúcia seja considerada impura, Alencar a apresenta como a personagem moralmente mais complexa e ética da obra. O contraste com outras figuras femininas — como as damas da sociedade que a julgam — evidencia que a moral exterior não corresponde à moral interior. Lúcia encarna, assim, a pureza de intenções e a sinceridade emocional, valores que contrariam o estigma imposto por sua condição social.

Além disso, o romance desconstrói o estigma ao destacar a agência da personagem. Lúcia não é uma figura passiva, mas alguém que luta contra a identidade que lhe é imposta. A forma como tenta romper com a vida de cortesã, afastar-se do ambiente que a oprime e reconstruir sua dignidade demonstra capacidade de ação e autodeterminação. Mesmo que sua trajetória seja trágica, a obra evidencia seu esforço de recuperar a identidade perdida.

Assim, José de Alencar, ao apresentar uma mulher estigmatizada como protagonista sensível, inteligente e capaz de reflexão, opera um movimento de

desconstrução literária e social. Ele questiona o moralismo vigente e revela a complexidade humana silenciada pelos discursos oficiais da época. Em *Lucíola*, o estigma não é o fim da personagem, mas o ponto de partida para revelar sua força, sua dor e seu desejo de transformação.

Dessa forma, o romance se torna não apenas uma narrativa sobre amor, morte e redenção, mas também uma crítica profunda às estruturas sociais que geram, sustentam e naturalizam os estigmas. A obra mostra que, ao compreender a verdadeira história de Lúcia, é possível perceber que o estigma não pertence a ela, mas à sociedade que o impôs.

A construção da personagem Lúcia ao longo da narrativa de José de Alencar revela um processo literário e simbólico de profunda desconstrução dos estigmas associados à figura da prostituta no século XIX. Em um contexto social marcado por rígidos códigos morais e pela marginalização das mulheres que fugiam dos padrões prescritos, Alencar rompe com a representação tradicional da “mulher caída” ao elaborar uma figura complexa, sensível e moralmente regenerada. Ao longo do romance, a personagem ocupa um espaço liminar entre a condenação social e a possibilidade de redenção, movimento que permite ao autor tensionar as concepções morais de sua época, evidenciando que a identidade humana não pode ser reduzida a estereótipos previamente estabelecidos.

Enquanto a sociedade enxerga Lúcia apenas como “cortesã”, Alencar revela gradualmente suas motivações, dores, sacrifícios e virtudes, subvertendo o olhar estigmatizante herdado de um moralismo patriarcal. De maneira dialógica, o autor contrapõe o olhar social representado por personagens como Sá e pelo próprio Paulo no início da narrativa a um olhar humano e sensível, que enxerga na jovem uma alma marcada por sofrimento e desejo de reconstrução. Esse processo é fundamental para compreender como a obra desconstrói os estigmas de gênero, moralidade e pureza, conferindo profundidade psicológica a uma personagem frequentemente reduzida a um tipo social fixo.

No início do romance, a sociedade carioca do século XIX rapidamente identifica Lúcia como uma figura decadente e perigosa, associando sua imagem ao estigma da sensualidade excessiva e da corrupção moral. Porém, ao longo da narrativa, o narrador protagonista descobre que essa visão é parcial e injusta. Na página 105, a descrição que Paulo faz da jovem já aponta para a desconstrução dessa identidade corrompida, revelando a presença de delicadeza e inocência.

Ele observa: “Revelavam-se francamente em Lúcia as aspirações ingênuas de uma juventude perdida, os sonhos vivos do passado [...] Lúcia parecia-me agora uma menina de quinze anos, pura e cândida.” (Alencar, 2021, p. 105). A associação à pureza e à candidez infantil rompe com o imaginário social que reduz a prostituta a objeto de desejo e depravação. A inocência evocada não é apenas física, mas sobretudo moral e espiritual, indicando que a identidade de Lúcia ultrapassa o papel social imposto pelo estigma.

Além disso, as ações cotidianas da personagem — descritas por Paulo nessa mesma página — reforçam a sensibilidade e o comportamento recatado que emergem ao longo da narrativa: Lúcia canta, cose, desenha e estuda francês. Tais atitudes constituem uma estética da pureza e da delicadeza, elementos contrastantes com a imagem vulgar atribuída às cortesãs do período. Assim, Alencar cria uma figura que desafia fronteiras pré-estabelecidas e denuncia a superficialidade dos julgamentos sociais.

Embora a sociedade associe a prostituição à devassidão, o romance revela que a entrada de Lúcia nessa vida não se deu por desejo ou vaidade, mas por um ato extremo de sobrevivência familiar. O relato de sua experiência durante a epidemia de febre amarela é decisivo para que Paulo — e o leitor — compreendam a profundidade de seu sacrifício: “Em 1850 [...] Meu pai, minha mãe, meus manos, todos caíram doentes: só havia em pé minha tia e eu. Uma vizinha que viera acudir-nos adoecera à noite e não amanheceu.” (Alencar, 2021, p. 111).

Esse trecho evidencia a vulnerabilidade e o contexto de desespero que levaram a jovem à prostituição. Trata-se de um ato de resistência e cuidado filial, não de degradação moral. Mais adiante, no trecho da página 113, ela explicita: “O dinheiro ganho com a minha vergonha salvou a vida de meu pai e trouxe-nos um raio de esperança.” (Alencar, 2021, p. 113).

Aqui, o termo “vergonha” não expressa prazer ou malícia, mas dor ética. Ao mesmo tempo, evidencia uma consciência aguçada de responsabilidade moral. A prostituição surge como último recurso, não como escolha. Sua ação é um gesto de amor e, paradoxalmente, de pureza ética que desconstrói o estigma tradicional da “mulher perdida”. A consciência de sacrifício também é destacada quando a personagem afirma que a força para continuar vivendo vinha justamente do dever cumprido: “A consciência de me ter sacrificado por aqueles que eu adorava, fazia-me forte.” (Alencar, 2021, p. 113).

Alencar mostra, portanto, que o estigma não deriva de sua essência enquanto pessoa, mas da leitura social distorcida que não reconhece seu sofrimento e sua coragem. Outro ponto fundamental na desconstrução dos estigmas é o momento em que Lúcia declara sentir-se moralmente reconstruída, mesmo após anos de prostituição. Na página 114, ela reconhece a dissociação entre corpo e alma, um dos temas centrais da obra, e afirma de maneira comovente: “Hoje, depois de cinco anos de infâmia, sinto que não teria coragem de profanar a castidade de minha alma. [...] Começo a viver, ressuscitei agora.” (Alencar, 2021, p. 114).

Esse trecho é talvez o mais importante para compreender a proposta regeneradora do romance. A ideia de “castidade da alma” rompe com a lógica moralista que reduz a dignidade feminina ao corpo. Alencar propõe uma distinção entre a pureza espiritual e a violência social que marca a trajetória da personagem. A palavra “ressuscitei” simboliza um renascimento ético, evidenciando que a regeneração moral é possível e que o estigma não define a essência de Lúcia.

Essa passagem refuta diretamente o discurso do personagem Sá, que, no início do livro, descrevera as cortesãs como seres degradados, incapazes de amor, comparando-as a “vermes que roem o corpo dos pássaros”. Esse contraste estrutural revela a proposta de Alencar: denunciar o julgamento social injusto e mostrar que a prostituta, vista como inferiorizada, pode possuir profundidade moral superior à daqueles que a condenam.

No clímax emocional da obra, já no leito de morte, ocorre a inversão mais profunda do estigma. O olhar de Paulo, que inicialmente carregava preconceito e dúvida, reconhece na amada uma figura de elevação moral e espiritual. Na página 129, ela declara: “Tu me purificaste unguindo-me com os teus lábios. Tu me santificaste com o teu primeiro olhar!” (Alencar, 2021, p. 129). Essa fala representa a completa subversão do estigma: a prostituta, antes vista como impura, é agora aquela que purifica. A linguagem religiosa “ungindo”, “santificaste” eleva Lúcia ao patamar simbólico de figura quase sagrada. Surge aqui a personagem como mediadora de um amor capaz de redimir, e não de corromper, invertendo, portanto, o olhar moralista dominante. O fato de esse reconhecimento ocorrer no momento de sua morte reforça a simbologia da redenção final. Lúcia não é apenas uma vítima das circunstâncias, mas uma mulher cuja pureza interior foi finalmente revelada e validada por quem a amava.

A trajetória de Lúcia evidencia que José de Alencar buscou humanizar a figura da prostituta, contestando a moralidade excludente de seu tempo. Em vez de reforçar estereótipos, o autor expõe sua hipocrisia, revelando que a sociedade que condena é a mesma que explora e marginaliza. Ao construir uma personagem que, apesar de suas dores e escolhas forçadas, preserva sensibilidade, dignidade e capacidade de amar, Alencar afirma que a essência humana é complexa e não pode ser reduzida à aparência.

O romance *Lucíola*, assim, se torna um instrumento crítico poderoso: ao revelar a verdade interna da personagem, desmonta-se o estigma, denunciando que o pecado não está na mulher, mas no olhar social que a oprime. O processo de reconstrução moral da protagonista se dá justamente porque o autor permite que o leitor adentre sua subjetividade, seu sofrimento e sua verdade, elementos negados às mulheres estigmatizadas em sua época.

A desconstrução dos estigmas em *Lucíola* não é apenas um recurso narrativo, mas uma crítica social profunda. Ao iluminar a interioridade de Lúcia, José de Alencar desmonta a visão simplista e moralista que reduz a prostituta a um estereótipo fixo. A obra revela uma mulher sensível, sacrificada, amorosa e espiritualmente elevada, uma personagem que contradiz as classificações rígidas impostas pela sociedade patriarcal do século XIX.

Com isso, Alencar constrói uma narrativa regeneradora que propõe um olhar mais humano, empático e ético sobre aquelas que, tradicionalmente, foram silenciadas e condenadas sem serem compreendidas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de José de Alencar, embora escrita no século XIX, revela com sensibilidade e dureza a face mais cruel do julgamento moral. Lúcia, mais do que uma personagem romântica, surge como uma mulher dilacerada entre o que é e o que esperam que ela seja. Sua vida é atravessada por experiências traumáticas, pela solidão e pela busca constante por dignidade num mundo que insiste em lhe negar esse direito. Ao observar sua narrativa, percebe-se que por trás do estigma há uma mulher que sente, sofre, ama e luta em silêncio, um silêncio que ecoa ainda hoje na vida de tantas outras mulheres estigmatizadas.

Este trabalho possibilitou compreender que o estigma não é apenas uma marca social; é uma ferida simbólica que limita, aprisiona e, muitas vezes, define trajetórias. Em Lúcia, percebem-se cicatrizes que não se veem fisicamente, mas que moldam sua relação com o mundo e com ela mesma. A análise das passagens selecionadas mostrou que, mesmo envolta por julgamentos e preconceitos, ela demonstra uma força silenciosa, uma coragem que se revela nos pequenos gestos e na tentativa constante de ressignificar sua própria história.

O estudo também confirmou que a literatura é um espaço de acolhimento e denúncia. Por meio da ficção, torna-se possível enxergar a profundidade humana de personagens como Lúcia, lembrando-nos de que cada vida marcada por estigmas carrega histórias complexas, escolhas difíceis e sentimentos muitas vezes incompreendidos. A obra nos desafia a abandonar olhares moralistas e a cultivar empatia, um exercício que se torna urgente diante de uma sociedade que ainda marginaliza, exclui e silencia.

Os objetivos deste trabalho foram plenamente alcançados, pois a reflexão teórica e a análise literária permitiram compreender como José de Alencar constrói uma personagem capaz de sensibilizar, provocar e ensinar. Lúcia, embora ficcional, se torna símbolo de tantas mulheres reais que enfrentam diariamente julgamentos e barreiras sociais. Sua trajetória revela que, mesmo nos ambientes mais opressores, existe espaço para resistência, sensibilidade e transformação.

Concluo, assim, reafirmando a importância desta pesquisa não apenas para o campo literário, mas também para a compreensão humana. Lúcia nos convida a olhar para além do que é visível, a reconhecer o valor que existe por trás de cada história marcada por dor, culpa ou silêncio. Que esta obra continue inspirando reflexões, ampliando percepções e fortalecendo a compreensão de que todo ser humano, independentemente dos estigmas que carrega, merece ser visto com respeito, sensibilidade e humanidade.

## REFERENCIAS

ALENCAR, José de. **Lucíola**. 26. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ALENCAR, José de. **Lucíola**. 1. ed. Londrina: Livraria Família Cristã, 2021.

ARISTÓTELES. Poética. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poetica, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Psicanálise, sexualidade e cultura: a mulher, o desejo e a prostituição**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Prostituição: corpo como mercadoria. Mente & Cérebro – Sexo**, n. 4, p. 24–31, 2008.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Prostituição – corpo como mercadoria. Mente & Cérebro – Sexo**, São Paulo, v. 4, p. 1–14, dez. 2008. Disponível em: [https://ceccarelli.psc.br/texts/ceccarelli\\_prostituicao-corpo-mercadoria.pdf](https://ceccarelli.psc.br/texts/ceccarelli_prostituicao-corpo-mercadoria.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **O corpo como estrangeiro. Ide – Psicanálise e Cultura**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 54–60, 2008.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões**. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana; ARENDE, Silvia (org.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 269–285.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JULIANO, Dolores. **Excluídas e marginais: mulheres e prostituição na indústria do sexo**. Madrid: Cátedra, 2003.

O'CONNELL DAVIDSON, Julia. **Prostitution, power and freedom**. Cambridge: Polity Press, 1998.

SILVA ALMEIDA, Gil Derlan; TEIXEIRA LOPES, Sebastião Alves. **Sobre as deusas, putas e odiadas: a presença da prostituta em *Cais da Sagração* de Josué Montello**. *Afluentes: Revista de Letras e Linguística*, v. 5, n. 15, p. 77–95, 2020.